



Superior Tribunal  
Militar

**SIMULADO ESPECIAL**

**STM**

Técnico Judiciário - Área Administrativa  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Especial STM (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/onDjFZDKXZWWzinC9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

O ranking global de capacidades militares, divulgado anualmente pelo GlobalFirePower (GFP), revelou as nações com as maiores forças armadas do planeta em 2025.

O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis, proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país.

Não obstante, ele deve ser **considerado com cautela** porque não considera alianças como a OTAN ou fatores como estabilidade política de cada nação.

Os Estados Unidos lideram novamente o ranking, consolidando sua posição como a maior potência militar do mundo. Na segunda colocação aparece a Rússia, enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos.

O ranking também destaca a presença de potências emergentes, como Índia, que ocupa o quarto lugar, e Turquia, em nono. Entre as nações ocidentais, o Reino Unido, a França e a Itália aparecem como as principais forças militares europeias.

São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025, de acordo com o índice GFP: Estados Unidos; Rússia; China; Índia; Coreia do Sul; Reino Unido; França; Japão; Turquia; Itália.

O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina, com capacidades militares superiores às de seus vizinhos, mas ainda distante das dez primeiras colocadas no cenário global.

<https://revistaforum.com.br/global/2025/1/9/estas-so-as-10-maiores-potncias-militares-do-mundo-em-2025-segundo-indice-gfp-172244.html>

Sobre as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se do texto que a posição de um país no ranking do GlobalFirePower (GFP) depende exclusivamente do tamanho de suas forças militares.
2. Depreende-se que o ranking do GFP decorre de uma análise complexa, que não pondera alianças militares.
3. Conclui-se que os Estados Unidos mantêm sua liderança no ranking devido à sua crescente expansão militar nos últimos anos.
4. De acordo com o texto, o Brasil é a maior potência militar da América Latina, mas ainda está longe das dez maiores do mundo.
5. O texto sugere que o hemisfério sul está defasado em termos de poderio militar, uma vez que as dez maiores potências militares mencionadas no texto pertencem ao hemisfério norte.
6. Do segmento “Os Estados Unidos lideram novamente o ranking” infere-se que os EUA lideraram a lista em todos os ranqueamentos anteriores.
7. No trecho 'São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025', a inversão para 'As 10 maiores potências militares do mundo em 2025 são estas' mantém a correção gramatical e o sentido do texto.
8. O uso de “estas” (6º parágrafo) é um recurso coesivo anafórico.

9. No trecho 'Enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos' (4º parágrafo), a vírgula é obrigatória.
10. No trecho 'O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina', a oração subordinada tem valor explicativo.
11. Sem prejuízo à coerência, o trecho 'O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis' poderia ser corretamente reescrito como 'O índice avalia mais de 60 fatores, como, por exemplo, o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis', sem prejuízo do sentido original.
12. No trecho 'proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país', o termo 'proporcionando' introduz uma circunstância causal.
13. Sem prejuízo aos sentidos do texto, a expressão "não obstante" (3º parágrafo) poderia ser substituída por "conquanto".
14. Manteria a correção gramatical e a coerência do texto a inserção de "o qual é" antes de "divulgado" (1º parágrafo).
15. A flexão da forma verbal "lideram" (4º parágrafo) é facultativa, tendo em vista que o sujeito é "Os Estados Unidos".

## TEXTO II

Pesados passos retumbam na face da terra anunciando a tenebrosa aproximação da Terceira Guerra Mundial. Já se escutam os redobres dos gastados couros de tambores de guerra que arrepiam a Europa. Detrás dos muros dos seus quartéis, se escutam acelerados passos

de coturnos nervosos indo e vindo e os gritos dos suboficiais mandando e desmandando. Estão se alistando para o que se prepararam a vida toda, mas que imaginavam improvável. Os olhos desorbitados de recrutas resignados parecem descrever seu imaginado trágico destino. Não se declama, nem se escreve, mas o murmúlio é ensurdecedor: "Aí vêm os russos! Aí vêm os russos!". A Terceira Guerra Mundial foi representada de forma indelével no futuro imaginado da sociedade europeia, mas sem que ela tivesse clara consciência das suas consequências.

Os militares, sabidos que são do preço existencial de uma guerra, afiam seus sabres num silêncio sepulcral. Diferentemente deles, e estimulados pelo lucro das empresas de armamento, são os políticos, desde as tribunas dos holofotes, quem vociferam aos quatro ventos "Guerra! Guerra!", porque no melhor dos casos ganham sua reeleição antes da guerra que talvez nem aconteça, e no pior dos casos perdem a eleição, mas terão onde raspar para manter sua vida parasitária. Tudo é oportunidade para eles, que não veem diferença entre a guerra real e os combates de videogame; entre o cheiro ácido de urina, fezes, sangue e medo e o ambiente perfumado dos seus escritórios. Os acadêmicos, oh! os acadêmicos... Muitos acadêmicos, pensando exclusivamente nas suas carreiras, se deixam levar pela sua fragilidade moral que os aproxima dos vozeiros oficiais que anunciam a fácil derrota do inimigo, sabendo por dever de ofício que na guerra não existe derrota fácil. Sua covardia intelectual os convence a aceitar a superficialidade manipulada dos acontecimentos para ganhar seus segundos de fama televisiva e, quiçá, um futuro contrato. Para os meios de comunicação o negócio não é a informação, mas a notícia. Entre uma verdade gratuita e uma dúvida rentosa não vacilam: noticia-se a dúvida como certeza inquestionável (haverá tempo para a desculpa se alguém reclamar).

Ante o ineludível futuro de um confronto mundial de consequências impensáveis, só resta preparar corações e mentes para enfrentar com inteireza e desprendimento (para justificar os gastos de uma guerra desnecessária) o drama final não buscado nem provocado, mas inescapável. O cenário está pronto para o último ato da obra começada na Segunda Guerra Mundial: a profecia autorrealizada.

Sobre os elementos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

16. De acordo com o texto, em contraste com os militares, que têm plena consciência do peso existencial e humano da guerra e se preparam em silêncio resignado, surgem os políticos, retratados de maneira crítica como figuras oportunistas e insensíveis.

17. No segundo período do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e os sentidos do texto o deslocamento da partícula “se” para imediatamente após o verbo: **escutam-se**.

18. Segundo o autor, os políticos mencionados no texto promovem discursos inflamados, incentivando o conflito por interesse próprio, seja pela possibilidade de reeleição ou por ganhos pessoais derivados do caos. Para eles, a guerra não passa de um jogo lucrativo, distante da realidade dura e suja dos campos de batalha, uma realidade da qual sequer participam diretamente, protegidos pelo conforto e segurança de seus escritórios.

19. Os meios de comunicação surgem como outra força problemática dentro desse cenário pré-guerra, retratados como empresas interessadas mais na lucratividade e audiência do que no compromisso com a verdade e com a informação responsável. Eles preferem propagar dúvidas lucrativas como certezas absolutas.

20. No segmento “haverá tempo para a desculpa”, o verbo está flexionado no singular para concordar com “tempo”, seu sujeito.

## **LEI N° 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES**

*Tiago Zanolla*

21. Os Ministros civis do STM são escolhidos pelo Presidente da República, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, e dois dentre juízes federais e membros do Ministério Público Militar.

22. Cada Auditoria da Justiça Militar é composta por um juiz federal da Justiça Militar, um juiz federal substituto da Justiça Militar, um diretor de Secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, conforme previsto pelo Superior Tribunal Militar.

23. Na vigência do estado de guerra, a Justiça Militar atua por meio dos Conselhos Superiores de Justiça Militar.

## **REGIMENTO INTERNO**

*Tiago Zanolla*

### **CONSIDERANDO O REGIMENTO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

24. O Conselho de Administração será composto pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos obrigatoriamente entre os mais antigos, sendo sempre um civil e dois militares.

25. Nos casos de conflito positivo de competência, o relator, ao receber os autos, sempre determinará o sobrestamento do feito, independentemente de sua fundamentação.

26. Caso haja desistência ou abandono do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o Ministério Público Militar deverá assumir sua titularidade obrigatoriamente.

27. A Correição Parcial pode ser utilizada para corrigir arquivamento irregular decidido na primeira instância, em inquérito ou processo, nos casos de erro de procedimento.
28. A inclusão, alteração ou cancelamento de enunciados na Súmula do Superior Tribunal Militar pode ser feita por qualquer órgão do Tribunal.
29. Somente pelo voto de dois terços de seus membros poderá o Tribunal declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
30. Poderá haver sustentação oral no julgamento de Embargos de Declaração, mas não no de Arguição de Suspeição e/ou Impedimento.
31. A eleição do Presidente do STM ocorre por escrutínio secreto e exige a presença de dois terços dos membros do Tribunal.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).  
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO  
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006  
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

*Herbert Almeida*

Carlos, servidor público federal, decidiu ter um filho por meio de fertilização *in vitro* e barriga de aluguel. A criança nasceu sem que houvesse uma mãe registral, tornando Carlos pai solo, sem a presença materna na família. Após o nascimento, Carlos solicitou licença-maternidade, e não paternidade, argumentando que, por ser o único responsável pela criança, deveria ter o mesmo período de afastamento que seria concedido a uma mãe. No entanto, a administração pública indeferiu o pedido, concedendo apenas o prazo previsto para o genitor na legislação. Com base nas disposições

da Lei nº 8.112/90 e na jurisprudência aplicável, julgue os itens a seguir:

32. O servidor público pai solo tem direito à licença-maternidade, mesmo sem previsão legal expressa, pois a concessão desse benefício deve respeitar os princípios da isonomia e da proteção integral à criança.
33. A licença maternidade e a licença à adotante, na esfera federal, devem ser concedidas em prazos distintos, considerando que os cuidados da maternidade biológica exigem mais tempo de acompanhamento do que na adoção, especialmente quando a criança adotada possuir mais de um ano de idade.

Com base nas disposições da Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir.

34. Uma possível consequência da sindicância será a aplicação das penalidades de advertência ou de suspensão por até noventa dias.
35. A instauração do processo administrativo disciplinar pode ter como base uma denúncia anônima, desde que haja investigação preliminar que comprove indícios de materialidade dos fatos relatados.

Acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, com base nas disposições da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

36. O agente público poderá renunciar da sua competência administrativa, desde que haja interesse público envolvido devidamente justificado.

**37.** A delegação de competência pode ocorrer mesmo entre órgãos que não possuam relação hierárquica, desde que haja justificativa baseada em razões técnicas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais.

**38.** A autoridade superior pode avocar competências de um órgão inferior, independentemente de justificativa expressa.

Nos termos das disposições da Lei nº 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir.

**39.** É requisito de escolaridade exido pela legislação para ingresso no cargo de Técnico Judiciário o curso de ensino superior completo.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020**

*Tiago Zanolla*

**CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO N. 351-2020, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

**40.** O assédio moral no ambiente de trabalho ocorre somente quando há intenção direta de prejudicar a vítima, sendo caracterizado pela prática de condutas abusivas com esse objetivo.

**41.** As ações de acolhimento e acompanhamento serão pautadas pela lógica do cuidado para pessoas expostas a riscos psicossociais da organização de trabalho e, portanto, terão o mesmo de procedimentos de natureza disciplinar.

**42.** A possibilidade de sugerir a realocação de servidores(as) afetados(as) por assédio ou discriminação é uma medida prevista para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

**43.** Por ser uma infração disciplinar de natureza grave, o assédio sexual pode resultar em sanções administrativas e, dependendo do caso, também em sanções penais.

### **RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021**

*Ricardo Torques*

**44.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) será instituído por ato do Presidente do órgão do Poder Judiciário e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão

**45.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

A unidade de sustentabilidade deve ter caráter permanente para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento desta Resolução

**46.** Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

As ações culturalmente equânimes têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

47. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

Em relação às contratações sustentáveis, exige-se a adoção de instrumentos próprios, não podendo ser adotados guias já publicadas por outros órgãos públicos.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

*Fabiano Pereira*

48. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

A responsabilidade pelo ato de improbidade atribuído a uma pessoa jurídica recai apenas sobre o sócio que tenha participado do ato e obtido benefício.

49. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

50. Analise a seguinte afirmativa sobre ética, moral, princípios, valores e função pública.

A ética contribui para o fortalecimento do exercício da cidadania em uma democracia, favorecendo o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Nelma Fontana*

51. A Constituição Federal de 1988 é classificada como normativa, pois regula efetivamente o processo político do Estado, limitando o poder e correspondendo à realidade política e social.

52. O método hermenêutico-concretizador, desenvolvido por Konrad Hesse, defende que a interpretação constitucional deve partir da análise estritamente literal do texto da Constituição, sem levar em consideração o contexto social e político em que está inserida.

53. De acordo com a CF/1988 e a jurisprudência do STF, os direitos fundamentais previstos no art. 5º são assegurados tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros residentes no país, mas não se estendem a estrangeiros em trânsito pelo território nacional.

54. O princípio da vedação ao retrocesso social impede que direitos sociais já reconhecidos sejam reduzidos ou suprimidos, sendo um obstáculo à diminuição do nível de concretização desses direitos pelo Estado.

55. No Brasil, a Federação é caracterizada pela descentralização do poder político entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo vedado o direito de secessão dos entes federativos.

56. A Administração Pública, em todos os seus níveis, deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo vedado ao administrador público atuar com base apenas em costumes, sem previsão expressa em norma jurídica.

---

**DIREITO PENAL MILITAR**

---

*Antônio Pequeno*

57. A respeito dos crimes militares em tempo de paz, julgue o item subsequente.

Comete crime propriamente militar o cidadão alistado para o serviço militar que, convocado à incorporação, apresenta-se dentro do prazo, mas ausenta-se antes do ato oficial de incorporação

No que se refere aos crimes militares, julgue o item subsequente.

58. O militar que cometer homicídio contra outro militar dentro de um quartel cometerá um crime propriamente militar, pois o ato terá sido praticado nessa condição.

59. Acerca dos crimes militares, segue uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um oficial foi preso em flagrante delito pelo cometimento de crime militar que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo sido denunciado e se tornado réu em ação penal militar. Nessa situação, a depender da gravidade, o juiz poderá aplicar a pena do crime consumado, sem diminuí-la.

60. À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal.

**Situação hipotética:** Um soldado das Forças Armadas, no cumprimento das atribuições que lhe foram estabelecidas pelo ministro de Estado da Defesa, cometeu crime doloso contra a vida de um civil.

**Assertiva:** Nessa situação, o autor do delito deverá ser processado e julgado pela justiça militar da União.

61. À luz do Código Penal Militar, julgue o item a seguir, no que diz respeito do crime.

**Situação hipotética:** Durante operação conjunta das Forças Armadas, um sargento danificou patrimônio militar. Em sua defesa, ele argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado.

**Assertiva:** Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, será considerado excludente do crime, independentemente da valoração do bem sacrificado.

62. Acerca da aplicação da lei penal militar, segue uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Hélio, que é soldado, desertou e, antes de ele se apresentar ou ser capturado, o CPM foi alterado para aumentar a pena do crime de deserção. Nessa situação, caso seja capturado futuramente, Hélio estará sujeito à nova pena.

---

**DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

---

*Antônio Pequeno*

63. À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar.

**Situação hipotética:** Em determinada unidade, o comandante instaurou inquérito policial militar para apurar possível crime de prevaricação cometido por um oficial que lá servia. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público Militar promoveu o seu arquivamento, sob o fundamento de que a materialidade do delito não foi comprovada.

**Assertiva:** Nessa situação, será incabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.

---

No que se refere aos crimes militares, julgue o item subsecutivo.

**64.** À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar.

As atribuições de polícia judiciária militar são indelegáveis aos oficiais da reserva remunerada.

**65.** À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue o item a seguir, com relação à polícia judiciária militar, à ação penal militar e seu exercício, ao juiz e à denúncia.

**Situação hipotética:** O Ministério Público Militar ofereceu denúncia em desfavor de um oficial das Forças Armadas. Todavia, o crime prescreveu.

**Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá receber a denúncia e declarar, de ofício, extinta a punibilidade, independentemente da oitiva do órgão ministerial.

**66.** Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada organização militar, um major cometeu crime militar e o comandante da unidade, dada a indisponibilidade de oficial de posto superior ao do indiciado, designou outro major, o mais antigo da unidade, para apurar os fatos por meio de IPM. Nessa situação, o ato de designação deverá ser considerado nulo: o IPM só poderá ser conduzido por oficial de posto superior ao do indiciado.

**67.** Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada

Um general, ao ser informado da prática de crime militar em uma organização militar a ele subordinada, sediada em outro estado da Federação, determinou ao comandante da unidade, por via radiotelefônica, a instauração de

IPM. Nessa situação, mesmo considerando o caráter de urgência que a medida exigia, a ordem foi indevida em razão do meio de transmissão empregado e também pelo fato de que a única autoridade competente para determinar a instauração do IPM seria o próprio comandante da unidade onde ocorreu o crime militar.

**68.** No que diz respeito ao Processo Penal Militar, julgue o item que se segue.

O capitão que, por designação, conduzir IPM para apurar suposto crime militar praticado por um soldado poderá, no curso do inquérito, representar à autoridade judiciária militar para que seja decretada a prisão preventiva do indiciado.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Herbert Almeida*

Acerca da administração direta e indireta, das autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue os itens a seguir.

**69.** A criação de empresa pública ou sociedade de economia mista pelo Estado pode ocorrer de forma livre e discricionária pelo Executivo, desde que haja interesse público na atividade a ser explorada, independentemente de autorização legislativa.

**70.** A empresa pública é uma entidade de direito privado, criada por autorização legislativa e com patrimônio próprio, sendo seu capital integralmente detido pelo poder público.

Acerca dos poderes administrativos e do uso e abuso do poder, julgue os itens a seguir.

**71.** O abuso de poder ocorre apenas quando um agente público age de forma comissiva, ultrapassando os limites legais de sua competência.

**72.** A remoção de um servidor como forma de punição caracteriza desvio de poder, pois a finalidade do ato não condiz com o interesse público específico que deveria justificar sua prática.

Acerca das licitações e contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

**73.** A compra de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis poderá ser realizada por inexigibilidade de licitação, apenas no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.

**74.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

**75.** O licitante vencedor deverá ser convocado para assinar o termo de contrato dentro do prazo improrrogável previsto no edital da licitação, sob pena de decair o direito à contratação.

## **GESTÃO DE CONTRATOS**

*Fabiano Pereira*

**76.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

A licitação realizada por qualquer entidade da Administração Pública, seja ela Direta ou Indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deve observar, entre outros, os princípios da publicidade, da credibilidade e da eficiência.

**77.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

A licitação na modalidade leilão apresenta características, premissas ou requisitos específicos, como a possibilidade de ser conduzida por um leiloeiro oficial, escolhido por meio de credenciamento ou pregão, e a utilização do critério de julgamento pelo maior desconto.

**78.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

A inexigibilidade de licitação é aplicável na contratação de associações sem fins lucrativos, compostas por pessoas com deficiência e de comprovada idoneidade.

**79.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

Nas contratações para aquisição ou locação de imóvel, quando suas características de instalações e localização exigirem escolha específica, deve-se considerar a avaliação prévia do bem, incluindo seu estado de conservação, os custos de adaptações, quando indispensáveis ao uso, e o prazo de amortização dos investimentos.

**80.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

A modalidade de licitação denominada concorrência é utilizada apenas para a contratação de bens e serviços comuns, sem restrição quanto ao valor.

**81.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

A aquisição de peças para a manutenção de sistema de bombeamento, quando realizada junto ao fornecedor original durante o período de garantia técnica, nos casos em que a exclusividade for essencial para a manutenção da garantia, não se caracteriza como hipótese de dispensa de licitação pública.

**82.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

O processo de contratação direta, abrangendo as hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação, deve ser instruído, entre outros, com o documento de formalização de demanda e, quando aplicável, com estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou executivo, parecer jurídico e pareceres técnicos, se necessários, que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos, além da demonstração da compatibilidade da previsão orçamentária com o compromisso a ser assumido.

**83.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

Caso seja constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, e não sendo possível seu saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou a nulidade do contrato somente será adotada quando o fornecedor não apresentar certidão negativa de débitos com a Fazenda.

**84.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

Durante toda a execução do contrato, o contratado deve atender à reserva de cargos estabelecida em

lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, além de cumprir as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

**85.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados ou seus respectivos substitutos, sendo vedada a contratação de terceiros para auxiliá-los.

**86.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Ademais, o fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**87.** De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – julgue o item a seguir.

O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente caso cause o retardamento na execução ou entrega do objeto da licitação, independentemente de justificativa.

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

*Gabriela Zavadinack*

**88.** A função alocativa do governo justifica a intervenção estatal na provisão de bens públicos não rivais e não excludentes, como iluminação pública e defesa nacional.

**89.** O princípio da orçamento bruto determina que todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público sejam incluídas no orçamento.

**90.** O orçamento de base-zero exige que cada item de despesa seja justificado a cada novo ciclo orçamentário, diferentemente do orçamento tradicional, que considera o histórico de gastos anteriores.

Com base na Lei 10.180/2001, julgue o item a seguir.

**91.** As unidades de planejamento e orçamento das entidades vinculadas ou subordinadas aos Ministérios e órgãos setoriais ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do respectivo órgão setorial e também, no que couber, do órgão central do sistema.

**92.** O ciclo orçamentário é formado pelas fases de elaboração da proposta orçamentária, discussão e aprovação legislativa, execução e controle e avaliação.

**93.** Quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação decorrente das emendas individuais e de bancada impositivas for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e integrará a base de

cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal.

**94.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas e prioridades da administração pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece limites para a elaboração das propostas de orçamento dos Poderes e órgãos autônomos.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000), julgue as próximas assertivas.

**95.** A Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde à soma de todas as receitas públicas arrecadadas no exercício, procedidas as deduções legais.

**96.** A dívida pública consolidada corresponde ao montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, bem como das operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

**97.** O Relatório de Gestão Fiscal, no último quadrimestre, conterà o demonstrativo da execução das receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar.

**ARQUIVOLOGIA***Ricardo Campanário*

- 98.** Entre as subdivisões do método numérico temos o método duplex que tem como principal característica a leitura dos números da direita para a esquerda.
- 99.** As atividades de difusão e de descrição estão entre as atividades da gestão de documentos.
- 100.** Levando em conta os modelos funcional e estrutural de classificação, podemos dizer que o modelo funcional leva vantagens sobre o estrutural em virtude de sua estabilidade.
- 101.** A gestão de documentos está restrita aos arquivos de primeira idade de uma instituição.
- 102.** Para que possa ingressar nos arquivos permanentes um documento deve possuir valor secundário e, obrigatoriamente, não pode possuir valor primário.
- 103.** É possível que documentos em arquivos correntes e intermediários apresentem valor secundário.
- 104.** Cartográfico, Minuta, Rascunho e Filmográfico são gêneros documentais.
- 105.** O tipo documental é a conjugação da espécie à função com a qual se relaciona como, por exemplo, uma certidão de nascimento ou um boletim escolar.

**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS***Ricardo Campanário*

- 106.** No sistema de reposição contínua do estoque, o pedido de compra é realizado em intervalos de tempo variáveis.
- 107.** O sistema de reposição contínua do estoque é concebido de modo que, até a entrega do novo lote de compra não seja necessário o uso do estoque de segurança.
- 108.** Embora a manutenção de um cadastro de fornecedores esteja entre os objetivos da função compras, sua condução e utilização não são necessárias para que as aquisições sejam realizadas com qualidade, celeridade e a um preço econômico.
- 109.** Enquanto a classificação ABC é decrescente, a classificação XYZ é crescente.
- 110.** O processo de Recebimento é composto por 3 etapas: Entrada, Conferência Quantitativa e Conferência Qualitativa.
- 111.** A Conferência Quantitativa tem como principal característica a checagem das especificações dos itens recém entregues.
- 112.** Entre os atributos de um bom sistema de classificação temos a Abrangência, a Idoneidade e a mínima Complexidade.
- 113.** Na classificação ABC os itens são separados em três grupos (A, B ou C) de acordo com o seu valor de uso ou de consumo.

---

## GESTÃO DE PESSOAS

---

*Stefan Fantini*

Com base na Gestão de Pessoas nas Organizações julgue os itens a seguir.

**114.** No âmbito da gestão de pessoas, os empregados da organização são considerados patrimônio intelectual da organização.

**115.** O processo de agregar pessoas é utilizado para incluir novas pessoas na empresa.

Com base na Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

**116.** Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se na base da pirâmide.

**117. Situação hipotética:** João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

**Assertiva:** Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como formal e descendente.

Com base no Clima e Cultura Organizacional, julgue o item a seguir.

**118.** A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

**119.** Os artefatos constituem o nível mais superficial da cultura organizacional, ao passo que os pressupostos básicos se referem ao nível mais profundo, íntimo e oculto da cultura organizacional.

Com base na Gestão por Competências, julgue o item a seguir.

**120.** Competência pode ser definida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. As habilidades constituem o “saber acumulado” de um indivíduo, isto é, se referem aos aspectos que um indivíduo precisa saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---